



## REVENDO O PANORAMA DO ENSINO DE CONSERVAÇÃO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL

**SAMPAIO, Julio Cesar Ribeiro**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Instituto de Tecnologia  
Departamento de Arquitetura e Urbanismo  
E-mail: julio.sampaio.ufrj@gmail.com

### RESUMO

O presente trabalho apresenta os resultados da pesquisa “Panorama do ensino de conservação nos cursos de graduação de Arquitetura e Urbanismo do Brasil” desenvolvida no período de 2013 a 2015, com apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), a qual monitorou como a conservação foi implantada nos cursos de graduação de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Avaliou-se, especialmente, se as propostas pedagógicas e os planos de ensino atenderam aos parâmetros conceituais e metodológicos definidos no campo do saber da conservação. Teve como base a respectiva literatura especializada com ênfase particular nos parâmetros do Comitê de Treinamento do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (CIF-ICOMOS), que pretende implantar uma rede mundial de discussão do tema no âmbito universitário. Identificaram-se quais são os pontos comuns que demandaram revisões e aprimoramentos, respeitando-se as particularidades das naturezas das características arquitetônicas e urbanísticas dos contextos locais. Por intermédio desta investigação, atingiu-se, parcial e momentaneamente, o aprimoramento da conservação, neste caso distinto, na formação de arquitetos e urbanistas na prática da conservação de bens imóveis, edificações e áreas urbanas, a qual implicará uma contribuição da revisão dos parâmetros das políticas de conservação em geral, notadamente do contexto brasileiro, que, por sua vez, ratificou a validade do estado da arte vigente da área de conhecimento em questão.

A primeira versão deste artigo foi apresentada no I Simpósio Científico do ICOMOS Brasil em 2017. A presente edição incorpora os comentários feitos nesse evento e revê, atualiza e desenvolve os dados apresentados anteriormente.

**Palavras-chave:** Cursos de Graduação em Arquitetura e Urbanismo no Brasil; Ensino de Conservação; Conservação de Edificações e de Áreas Urbanas.

### Abstract

*The present work presents the results of the research “Panorama do ensino de conservação nos cursos de graduação de Arquitetura e Urbanismo do Brasil” (The conservation training panorama in the Architecture and Urbanism undergraduate courses in Brazil) developed in the period from 2013 to 2015, with the support of the Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), which monitored how conservation was implemented in undergraduate Architecture and Urbanism courses in Brazil. It was especially evaluated whether the pedagogical proposals and teaching plans met the conceptual and methodological parameters defined in the field of conservation. It was based on the respective specialized literature with particular emphasis on the parameters of the Training Committee of the International Council on Monuments and Sites (CIF-*

*ICOMOS), which intends to implement a worldwide network discussion of the subject at the university level. The common points that demanded revisions and improvements were identified, respecting the particularities of the architectural and urban characteristics nature of the local contexts. Through this investigation, a partial and momentary improvement in conservation was achieved, in this distinct case, in the training of architects and urban planners in the practice of conservation of immovable cultural heritage (mainly buildings and urban areas), which will imply a contribution from the review of parameters conservation policies in general, notably the Brazilian context, which, in turn, ratified the validity of the current state of the art in the area of knowledge in question.*

*The first version of this article was presented at the 1st Scientific Symposium of ICOMOS Brasil in 2017. The present edition incorporates the comments made in that event and reviews, updates and develops the data previously presented.*

**Palavras-chave traduzidas:** Undergraduate Courses in Architecture and Urbanism in Brazil; Conservation Education; Conservation of Buildings and Urban Areas.

## **1 ANTECEDENTES**

### **1.1 A qualificação dos arquitetos na conservação**

As iniciativas de capacitação do arquiteto na conservação de edificações e de áreas urbanas são relativamente recentes. Ao longo do século XX, a qualificação dos profissionais da conservação foi uma preocupação constante. No entanto, a primeira iniciativa de caráter internacional de se formarem arquitetos especialistas em conservação ocorreu apenas em 1965, com a criação do “Curso Internacional de Especialização” promovido pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Roma em associação com o Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais (ICCROM) (GAZZOLA, 1972, p. 257). De acordo com Derek Linstrum (1996, p. 99), o primeiro evento internacional que discutiu a formação profissional do arquiteto especialista em conservação de bens culturais foi organizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1966, na cidade de Pistoia, na Itália. Esse encontro, segundo Gazzola (1972, p. 259), contou com representantes de vários países e de instituições que ministravam cursos nessa área. Importantes temas foram discutidos, tais como formação básica, interdisciplinaridade, capacitação de artesãos, entre outros.

O documento conhecido como Normas de Quito de 1967 constitui-se na “Carta Patrimonial” que destacou pela primeira vez o problema da qualificação de profissionais da conservação. Nela, convencionou-se que “a valorização de um monumento ou conjunto urbano de interesse ambiental é o resultado de um processo eminentemente técnico e, conseqüentemente, sua execução oficial deve ser confiada diretamente a um órgão de caráter especializado, que centralize todas as atividades” (CURY, 2000, p. 121). No ano seguinte, em 1968, as “Recomendações de Paris”, da UNESCO, documento que trata da conservação de bens culturais ameaçados pela execução de obras públicas ou privadas, indicou algo semelhante, porém mais específico em termos de mão de obra qualificada, de especialistas competentes em matéria de conservação de bens culturais, de arquitetos, urbanistas, arqueólogos, historiadores, inspetores e outros técnicos (CURY, 2000, p. 131).

O somatório dessas iniciativas estabeleceu as bases para a criação do International Training Committee (CIF), comitê científico de treinamento de mão de obra qualificada de conservação do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), em Dresden, 1984, numa das assembleias gerais dessa organização não governamental, com o objetivo de se elaborar um painel sobre a situação da formação profissional de arquitetos, urbanistas e engenheiros civis especialistas em conservação de bens culturais. Formularam-se, então, segundo Jukka Jokilehto (1995, p. 13), recomendações apropriadas para o aprimoramento do conhecimento relativo à conservação e à qualidade da capacitação desses profissionais. O documento básico do CIF nesse sentido é o *Guidelines for education and training in the conservation of monuments, ensembles and sites*, publicado em 1993, cujas diretrizes ainda são referenciadas por diversos documentos e ações do ICOMOS Internacional.

No encontro do CIF-ICOMOS durante a XVI Assembleia Geral do ICOMOS em Quebec, em 2008, decidiu-se pela implantação de uma rede mundial de universidades para avaliar o ensino de conservação, que ainda não se consolidou.<sup>1</sup>

Toda a discussão dessa formação se respaldou na sistematização e na consolidação do arcabouço teórico e metodológico da conservação, que se iniciou em meados do século XIX a partir dos embates entre as teorias da Unidade de Estilo, de Viollet-le-Duc, e a Conservacionista, de John Ruskin e William Morris. As revisões e os aprimoramentos de princípios e normas de conservação, notadamente de edificações e de áreas urbanas, que são o foco deste artigo, sobretudo o âmbito edílico, tiveram continuidade ao longo do século XX com a elaboração do conceito de “restauro científico” de Camillo Boito e as contribuições singulares de Alois Riegl, Gustavo Giovannoni e Cesare Brandi.<sup>2</sup> Essas referências foram complementadas por diversas colaborações de técnicos ou investigadores como Bernard Feilden, Piero Gazzola, Piero Sanpaolesi, Roberto Pane, Paul Philippot, Françoise Choay, Jukka Jokilehto, Giovanni Carbonara, Salvador Muñoz Viñas, entre outros, os quais deram sequência ao refinamento do campo do saber da conservação.

---

<sup>1</sup> Cf. <<https://cif.icomos.org/universities-higher-educational-institutions/>>. Acesso em: 30 set. 2022.

<sup>2</sup> Cf. Cheschi, 1970; Erder, 1986; Jokilehto, 1999 e Choay, 2001.

É importante também considerar, na concretização da conservação como disciplina, as atuações de redes institucionais (governamentais, intergovernamentais e não governamentais) na produção de documentos doutrinários (declarações, recomendações, convenções, entre outros) que se tornaram referências para as produções acadêmica e técnica e a elaboração de políticas de conservação, como é o caso, por exemplo, da conservação do patrimônio edificado, das cartas de Veneza e de Burra (CURY, 2000). Dentre essas instituições, destacam-se as iniciativas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS).<sup>3</sup> No contexto da UNESCO, convém ressaltar o papel do Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais (ICCROM) no desenvolvimento de pesquisas, publicações e na formação de especialistas em conservação.

A tônica de toda a produção de conhecimentos e de experiências práticas desenvolvidas pelos atores citados girou em torno da trama conceitual estruturada num amplo consenso mundial ao redor das noções de autenticidade e integridade e em seus respectivos desdobramentos diretos e indiretos. A visão de autenticidade, que vai além do processo de compreensão da ideia de originalidade, vem sendo permanentemente revista e ampliada, sobretudo a partir do encontro de Nara, em 1994, organizado pela UNESCO, ICCROM, ICOMOS e o governo japonês, no qual foi produzido um documento basilar sobre esse tema que ficou conhecido como o “Documento de Nara” (CURY, 2000). Outros trabalhos relevantes avançaram sobre o tema da autenticidade, como é o caso de A. G. Krishna Menon (1994), que faz uma abordagem da validade desse conceito definido pela Carta de Veneza no contexto indiano.

A capacitação do arquiteto na conservação se justifica ainda em razão do aumento considerável de intervenções em preexistências protegidas, com potencial de proteção e de áreas de entorno de bens protegidos, cujo universo se expande permanentemente devido às constantes revisões dos critérios de proteção. A noção de sustentabilidade, que vem sendo valorizada e priorizada desde a década de

---

<sup>3</sup> Esses documentos foram publicados pelo IPHAN numa coletânea organizada por Isabelle Cury em 1995, a qual foi atualizada frequentemente até ser disponibilizada no site da instituição. A partir dessa mesma documentação, Dorothy Bell publicou em 1997 o livro *The Historic Scotland Guide to International Conservation Charters*, que oferece uma relevante síntese dos princípios, critérios e normas de conservação de bens culturais com ênfase no patrimônio edificado.

1980, cujo marco é o Relatório Brundtland,<sup>4</sup> inclui também o reaproveitamento do ambiente construído não protegido. Segundo Jukka Jokilehto (1995, p. 25), esse conjunto de intervenções corresponde à cerca de 70% das obras no cenário urbano europeu. Certamente essa situação se repete nas demais partes do mundo devido à tendência cada vez maior da defesa do uso racional de recursos naturais. Nessa lógica, segundo Lichfield (1988), Rypkema (1994) e diversos outros trabalhos apresentados no Simpósio Científico do ICOMOS de Paris, em 2011 (ICOMOS, 2011), que tratou do papel do patrimônio cultural como indutor de desenvolvimento, conservar é mais sustentável do que construir novas edificações ou assentamentos.

Os resultados obtidos na prática do legado conceitual e metodológico exposto anteriormente são cruciais para o aprimoramento do campo do saber da conservação. As relações entre teoria, metodologia e experiências concretas estruturam a noção de práxis. Um conceito isolado do mundo real não transforma contextos. A prática desconectada do mundo das ideias fica restrita aos seus próprios domínios. Conceitos são validados e aprimorados no momento em que são usados e testados em situações reais. Portanto, a compreensão e a adoção da práxis da conservação superam os domínios da Teoria da Conservação. Tornam-se mais eficazes ainda quando são produzidas socialmente, preferencialmente numa escala global, respeitando-se a diversidade cultural de cada local, região e nação. O registro, a publicação e a revisão permanente de todo esse processo produziram a literatura especializada da conservação, que vem se consolidando e expandindo desde os primeiros embates conceituais e metodológicos ocorridos em meados do século XIX, conforme comentado anteriormente. A elaboração das propostas pedagógicas e dos planos de ensino das disciplinas que capacitam e especializam arquitetos nos cursos de graduação e de pós-graduação deve ser respaldada nos casos pertinentes e apropriados de todo esse vasto universo de referências.

## **1.2 As iniciativas brasileiras**

---

<sup>4</sup> Documento publicado em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, no qual se disseminou o conceito de desenvolvimento sustentável.

No Brasil, a carência de mão de obra qualificada de conservação motivou a vinda de Michel Parent,<sup>5</sup> Viana de Lima, Limburg Stirum, entre outros especialistas da UNESCO, no final da década de 1960, para auxiliar o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) na conservação de edificações, especialmente de áreas urbanas protegidas, as denominadas “cidades históricas”, marginalizadas pelo modelo de desenvolvimento urbano brasileiro do pós-guerra (SPHAN/Pró-Memória, 1980, p. 32-33). As colaborações desses consultores se resumiram na elaboração de relatórios contendo diretrizes básicas para a implantação de estratégias de conservação das cidades de Ouro Preto, São Luís, Alcântara, Paraty e parte do centro histórico de Salvador, o Pelourinho. Recentemente, o IPHAN publicou um livro sobre as missões de Michel Parent no Brasil nesse período, organizado por Claudia Feierabend Baeta Leal (2009).

Somente em 1970, no I Encontro de Governadores, conhecido como “Compromisso de Brasília”, a questão da formação de profissionais da conservação foi abordada. Por unanimidade, os participantes da conferência propuseram “a criação de cursos para formação de mão de obra qualificada visando à formação de arquitetos restauradores, conservadores de pintura, escultura e documentos, arquivologistas e museólogos de diferentes especialidades” (SPHAN/Pró-Memória, 1980, p. 140). No II Encontro de Governadores, em 1971, na cidade de Salvador, essa proposta foi reiterada. Sugeriu-se, também, o envolvimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) na implantação desses cursos.

A concretização das propostas dos dois Encontros de Governadores processou-se no Programa Cidades Históricas (PCH), que se constituiu numa linha de financiamento composta por verbas disponibilizadas de diversos órgãos federais. Inicialmente, em 1973, o PCH concentrou-se no Nordeste para depois se expandir aos estados da região Sudeste. Até 1978, o PCH, com orientação técnica do IPHAN e convênios com as universidades federais de Pernambuco e Minas Gerais e a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, promoveu a realização de três cursos: conservação de bens imóveis (especificamente para arquitetos), conservação de bens móveis (para técnicos de nível superior) e mestre

---

<sup>5</sup> Michel Parent, junto com Andrzej Tomaszewski e Raymond Lemaire, posteriormente fundou o CIF em 1984.

de obras. Os dois primeiros foram de pós-graduação, e o último, de nível médio. Ao todo, foram capacitados 119 profissionais (SEPLAN, S.d., p. 40).

Os cursos regulares, ainda no nível de pós-graduação *lato sensu*, surgiram ao longo da década de 1980.<sup>6</sup> O primeiro deles foi o Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos (CECRE), criado em 1981 por meio de um convênio entre a Universidade Federal da Bahia (UFBA), o IPHAN e a UNESCO, sediado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFBA, que o mantém até hoje e o qual se transformou em mestrado profissional em 2010.

Ao longo da década de 1980, observou-se uma tímida introdução de disciplinas eletivas de conservação nas matrizes curriculares dos cursos de graduação. De 1989 em diante, Maria Elisa Meira (2000, p. 39) cita que “a área de ensino de arquitetura e urbanismo vem realizando amplo debate nacional a respeito da renovação, atualização e inserção do panorama internacional desse tipo de ensino no Brasil”. Nesse período, começaram efetivamente as discussões para a reavaliação do currículo básico dos cursos de Arquitetura que alcançaram resultados mais práticos no início da década de 1990. Nesse sentido, os Seminários Nacionais sobre o Ensino de Arquitetura, organizados pela Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura (ABEA) (ABEA, 1995, p. 7), constituíram grandes fóruns de debates. No encontro de 1993, foi proposto um novo currículo mínimo no qual, pela primeira vez, foi sugerida a inclusão da obrigatoriedade da abordagem do tema da conservação na formação básica do arquiteto, ambição histórica também compartilhada e defendida pelos órgãos de tutela do patrimônio cultural e de toda a literatura especializada.

A Portaria nº 1.770 de 21 de dezembro de 1994 (revogada com poucas alterações pelas Resoluções CNE/CES nºs 6, de 2 de fevereiro de 2006, e 2, de 17 de junho de 2010) organizou a reforma curricular pretendida e finalmente introduziu o campo do saber da conservação na graduação, oficializando a “educação patrimonial” do arquiteto. Esse conjunto de conhecimentos ficou conhecido pela controvérsia

---

<sup>6</sup> Algumas experiências esporádicas ocorreram em São Paulo (1974), Recife (1976) e Belo Horizonte (1978).

denominação “Técnicas Retrospectivas”,<sup>7</sup> termo definido por Leonardo Benevolo (1984, p. 144) numa comunicação apresentada em um dos eventos do Conselho Europeu, em 1980, que se resume nas iniciativas de ripristinamento, restauração, reestruturação e reconstrução de artefatos. Entretanto, esse título não é uma unanimidade nos projetos pedagógicos dos cursos de Arquitetura. Algumas instituições nomeiam “Técnicas Retrospectivas” como “Projeto de Conservação e Restauração do Patrimônio Edificado” (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ), “Conservação e Restauo do Patrimônio Cultural” (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ), “Princípios da Conservação dos Bens Culturais” e “Projeto de Restauração” (Universidade Federal Fluminense – UFF), entre outros exemplos.

“Técnicas Retrospectivas” (Conservação do Patrimônio Cultural Edificado?) classifica-se na Portaria nº 1.770 e nas Resoluções nº 06/2006 e 02/2010 como matéria profissional da grade curricular. Na opinião de Meira (2000, p. 41), sua abordagem

reforça na escola as preocupações com o ambiente de vida, ressaltando os aspectos que a sociedade espera ver atendidos e que pertencem ao domínio da competência do arquiteto e urbanista. Constituindo-se como campo de conhecimento essencial, as tarefas relativas às técnicas retrospectivas ganham destaque entre as demais, posicionando-se num conjunto de atividades antes privilegiadas. Essa nova posição permite rever o quadro atual dos cursos de arquitetura e urbanismo, em que os temas ligados a novas construções predominam, ocupando a maior parte do tempo do estudante.

A inclusão das “Técnicas Retrospectivas” nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação de Arquitetura e Urbanismo também foi defendida no documento “Perfil

---

<sup>7</sup> A partir de 2018, a ABEA promoveu uma série de encontros para discutir a reavaliação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Arquitetura e Urbanismo em razão de importantes modificações nos projetos pedagógicos correlacionadas, especialmente, com a inclusão do desenho universal (com vistas ao atendimento das necessidades dos usuários de forma universal) e a definição da carga horária de atividades de extensão que passa a ser obrigatória. Em 2019, no XX Congresso Nacional da ABEA-CONABEA, foi produzido um documento que consolida todas as propostas de alterações das DCNs, que se encontra disponível no *Caderno ABEA 42* (referência completa na bibliografia). O encaminhamento oficial dessa resolução (com algumas revisões) para o Conselho Nacional de Educação ocorreu em 2022, no âmbito do XXI CONABEA. Nessa nova resolução, que ainda não foi promulgada, a denominação “Técnicas Retrospectivas” foi alterada para “Teoria, Projeto e Técnicas de Restauo e Conservação do Patrimônio Cultural Edificado”.

de áreas e padrões de qualidade dos cursos de Arquitetura e Urbanismo”, elaborado em 1994 pela Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitetura e Urbanismo da Secretaria de Educação Superior (SESu) para orientar a avaliação de pedidos de autorização para a abertura de novos cursos, de reconhecimento daqueles que estão em implantação e de verificação periódica dos que já se encontram em funcionamento. A atualização desse documento vem sendo discutida, e, em 2009, foi apresentada uma versão preliminar num dos seminários organizados pela ABEA. Nesta proposição, a denominação em questão permanece inalterada. Na parte relativa aos espaços físicos para os laboratórios de tecnologia e de construção, sugere-se a inclusão de áreas, espaços e equipamentos apropriados para as atividades didáticas correlacionadas com as “técnicas retrospectivas”.

O levantamento do estado da arte do Ensino Superior de Engenharia, Arquitetura, Urbanismo e Agronomia promovido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) reafirma parte dessa trajetória descrita até o momento. Na publicação que sintetiza esta pesquisa, “Técnicas Retrospectivas” vem definida entre parêntesis como “preservação do patrimônio cultural brasileiro” (SCHLEE, 2010, p. 97).

Em geral, a partir da coleta de dados da citada pesquisa - a qual será discutida adiante -, os projetos pedagógicos das graduações em Arquitetura e Urbanismo posicionam Técnicas Retrospectivas nos últimos semestres do curso, entre o sétimo e o nono períodos. A carga horária média varia entre 30 e 60 horas/aula, e os créditos, de três a seis. Os pré-requisitos predominantes exigidos são as disciplinas de História da Arquitetura e Teoria da Arquitetura. Nos cursos com regime departamental, o campo de conhecimento das Técnicas Retrospectivas se restringe, normalmente, aos departamentos de História e Teoria, apesar de o plano de ensino das disciplinas avaliadas envolverem, em alguns poucos casos, atividades de projeto de arquitetura.

As matérias de Técnicas Retrospectivas (Teoria, Projeto e Técnicas de Restauro e Conservação do Patrimônio Cultural Edificado) dos cursos de graduação de Arquitetura e Urbanismo brasileiros tornam os arquitetos e urbanistas aptos ao exercício profissional na conservação do patrimônio cultural, sobretudo de bens imóveis, edificações e áreas urbanas. Essa habilitação foi inicialmente

regulamentada pela Resolução nº 1.010 de 22 de agosto de 2005 do CONFEA. Posteriormente, foi revogada pela Resolução nº 21 de 5 de abril de 2012 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), que delibera sobre as atividades e atribuições profissionais do arquiteto e urbanista. A Decisão Normativa nº 83, de 26 de setembro de 2008, também do CONFEA, dispõe sobre procedimentos para a fiscalização do exercício e das atividades profissionais referentes a monumentos, sítios de valor cultural e seu entorno ou ambiência. Entretanto, essa “decisão” certifica da mesma forma os engenheiros a atuarem na conservação de edificações e de áreas urbanas, apesar de eles não terem nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Engenharia, na Resolução CNE-CES nº 11, de 11 de março de 2002, formação específica nesse tema nem competências nessa área reconhecidas pela Resolução nº 1.010.

Os 28 anos da criação e prática da disciplina de Técnicas Retrospectivas (Teoria, Projeto e Técnicas de Restauro e Conservação do Patrimônio Cultural Edificado) e das demais similares produziram importantes resultados que permitem avaliar como a conservação foi introduzida nos cursos de graduação de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Na citada pesquisa do panorama do ensino de conservação, que será discutida a seguir, avaliou-se especificamente se as propostas pedagógicas dos cursos investigados e seus respectivos planos de ensino dialogam com os parâmetros conceituais e metodológicos definidos no campo do saber da conservação e com os demais campos de conhecimento que compõem as matrizes curriculares avaliadas. Usou-se como ponto de partida a literatura especializada cujos títulos encontram-se parcialmente listados nas referências bibliográficas deste trabalho, com ênfase particular nos parâmetros do *Guidelines for education and training* do Comitê de Treinamento do ICOMOS (CIF-ICOMOS), de 1993. Foram identificados alguns pontos comuns que demandam revisões e aprimoramentos, respeitando-se as especificidades das naturezas arquitetônicas de contextos locais.

## **2 O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO**

A primeira parte da pesquisa, que se constitui na síntese de ideias e de formas de ações disponíveis na literatura especializada de conservação (sobretudo de edificações e áreas urbanas) e na atuação do CIF, desenvolveu-se por intermédio de pesquisa bibliográfica a partir de novembro de 2013. Dentro do universo das

referências analisadas, em termos de conservação do patrimônio edificado (Feilden, Gazzola, Sanpaolesi, Jokilehto, entre outros) nos aspectos teóricos, considerou-se especialmente o trabalho *Principles and problems: ethics and aesthetics*, de John Warren (1996), em razão da conjugação complexa e abrangente que esse autor faz entre questões filosóficas e práticas da conservação conforme o senso comum desejado nos projetos pedagógicos dos cursos, isto é, as pontes entre teoria e prática. Nos aspectos metodológicos, utilizou-se como texto básico o livro *The repair of historic buildings: advice on principles and methods*, de Christopher Brereton (1991), o qual apresenta um resumo bastante contextualizado dos critérios e das normas de conservação do usualmente referenciado *English Heritage*.

Quanto ao CIF, os fichamentos bibliográficos e de leituras se detiveram na sua principal referência: *Guidelines on education and training in the conservation of monuments, ensembles and sites*, organizado por Bernard Feilden e Jukka Jokilehto em 1993, que desde então orienta todas as ações e recomendações desse comitê na formação notadamente de arquitetos e urbanistas no tema em evidência. Entretanto, por recomendação verbal expressa de Jokilehto, realizada no *workshop* do CIF na ocasião da XVII Assembleia Geral e Simpósio Científico do ICOMOS, na cidade de Paris em 2011, esse referencial teórico e metodológico vem sendo revisto por causa do conceito de *Capacity Building*, o qual foi adotado na mesma época pela UNESCO e pelo ICCROM no âmbito do Comitê do Patrimônio Cultural Mundial. Recentemente, desde 2021, o CIF vem trabalhando, dentro do seu grupo de membros especialistas, na elaboração do documento dos princípios de *Capacity Building* para a conservação integrada do patrimônio edificado no âmbito das iniciativas de treinamento e capacitação.

Em geral, *Capacity Building* refere-se ao fortalecimento do conhecimento, das habilidades, capacidades e posturas de indivíduos com responsabilidades diretas ou indiretas pela gestão e pelo uso da conservação do patrimônio construído por intermédio de processos de qualificação e treinamento. *Capacity Building* objetiva, também, o aperfeiçoamento de estruturas e processos institucionais correlacionado com a potencialização da competência dos tomadores de decisão (*decision-makers*) e formuladores de políticas (*policy-makers*). Esse conceito visa, ainda, o estabelecimento de uma relação mais dinâmica entre o patrimônio cultural e o seu contexto socioeconômico.

A etapa seguinte da pesquisa, sua parte empírica, processou-se por meio da coleta de dados na internet dos projetos pedagógicos, das ementas e dos planos de ensino das disciplinas de conservação dos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo. Do universo inicial de 293 cursos, cuja lista foi obtida no site da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura (ABEA) em 22 de maio de 2013,<sup>8</sup> conseguiram-se informações de 93 instituições, que se concentram em 62 privadas, 25 federais e seis estaduais. Em termos geográficos, percebeu-se um certo equilíbrio entre as regiões Sul (36) e Sudeste (35), seguidas de Nordeste (12) e Norte e Centro-Oeste com números iguais (cinco em cada), conforme Tabela 1. A maioria das informações foi coletada em 51 páginas/portais. Vinte e cinco coordenadores de curso colaboraram com o presente levantamento e apenas 17 responsáveis pelas disciplinas retornaram os contatos feitos pela equipe da pesquisa (os bolsistas e o coordenador).

As dificuldades observadas se concentraram na indisponibilidade de informações em cerca de 70% do total do universo investigado, tendo em vista que, atualmente, a ampla maioria das universidades, centros universitários e faculdades possui páginas e portais na internet. Percebeu-se, também, um baixo retorno dos responsáveis pelos cursos (coordenadores) e pelas disciplinas de conservação (professores), quando contatados por e-mail, por razões diversas, que variam desde a desatualização dos endereços até a indisponibilidade de tempo assumida nas respostas. Dentro do contexto catalogado, correspondente a 30% das instituições, verificou-se, igualmente, que algumas páginas não estavam devidamente atualizadas. Entretanto, esse quadro de limitações descrito não comprometeu a consistência dos dados e a coerência das análises. Na contextualização dessas fontes, percebeu-se que grande parte dos casos avaliados se concentra nos cursos já consolidados no cenário acadêmico e técnico nacional. Para sustentar essa conjectura, foram utilizados os dois últimos resultados (2011 e 2014) do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE).<sup>9</sup> Portanto, do ponto de vista qualitativo, a amostragem em questão garante a coesão dos resultados que serão abordados a seguir.

---

<sup>8</sup> De acordo com a última atualização da página da ABEA, realizada em dezembro de 2015, existem atualmente 466 cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil.

<sup>9</sup> Tendo como referência a publicação da primeira versão deste artigo, de maio de 2017.

TABELA 1. SÍNTESE DAS EMENTAS, DOS PLANOS DE ENSINO DAS DISCIPLINAS DE CONSERVAÇÃO E DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS OBTIDOS NA COLETA DE DADOS DOS CURSOS DE ARQUITETURA E DE URBANISMO EXISTENTES NO BRASIL A PARTIR DA LISTAGEM ORGANIZADA PELA ABEA

REGIÃO	MATERIAL DIDÁTICO COLETADO		
	EMENTAS	PLANOS DE ENSINO	PPCs
<b>NORTE</b>			
AMAPÁ (1)	1	1	1
Macapá	1	1	1
AMAZONAS (1)	1	-	1
Manaus	1	-	1
RONDONIA (1)	1	-	1
Porto Velho	1	-	1
RORAIMA (1)	1	-	1
Boa Vista	1	-	1
PARA (1)	1	1	-
Belém	1	1	-
TOCANTINS (1)	1	1	1
Tocantins	1	1	1
<b>TOTAL NORTE</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>5</b>
<b>NORDESTE</b>			
ALAGOAS (2)	2	-	2
Arapiraca	1	-	1
Maceió	1	-	1
CEARA (1)	1	1	1
Fortaleza	1	1	1
MARANHAO (1)	1	1	-
São Luís	1	1	-
PARAIBA (2)	2	2	2
Campina Grande	1	1	1
João Pessoa	1	1	1
PERNAMBUCO (1)	1	-	-
Recife	1	-	-
PIAUI (1)	1	-	1
Teresina	1	-	1
RIO GRANDE DO NORTE (1)	1	1	1
Natal	1	1	1
SERGIPE (1)	1	-	-
Aracaju	1	-	-
<b>TOTAL NORDESTE</b>	<b>10</b>	<b>5</b>	<b>7</b>
<b>CENTRO-OESTE</b>			
GOIAS (1)	1	-	-
Goiânia	1	-	-
MATO GROSSO (1)	1	1	1
Cuiabá	1	1	1
MATO GROSSO DO SUL (2)	2	-	1
Campo Grande	1	-	1
Dourados	1	-	-
<b>TOTAL CENTRO-OESTE</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>2</b>
<b>SUDESTE</b>			
ESPIRITO SANTO (1)	2	-	-
Colatina	2	-	-
MINAS GERAIS (7)	10	8	6
Belo Horizonte	3	2	3
Coronel Fabriciano	1	1	-
Governador Valadares	1	1	-
Juiz de Fora	1	1	1
Poços de Caldas	1	-	-
São João del-Rei	1	1	1
Uberlândia	2	2	1
RIO DE JANEIRO (5)	8	5	6
Campos dos Goytacazes	2	1	2
Itaperuna	1	1	1
Niterói	1	1	-
Rio de Janeiro	3	1	2
Seropédica	1	1	1
SAO PAULO (13)	12	5	12
Araras	1	-	1

Bauru	1	-	1
Campinas	3	1	1
Itatiba	1	-	-
Lorena	1	-	1
Marília	-	-	1
Mogi das Cruzes	-	-	1
Presidente Prudente	1	1	1
Rio Claro	-	-	1
Santa Bárbara d'Oeste	1	-	-
São Carlos	1	1	1
São José dos Campos	-	-	1
São Paulo	3	3	3
Sorocaba	-	-	1
<b>TOTAL SUDESTE</b>	<b>33</b>	<b>19</b>	<b>26</b>
<b>SUL</b>	<b>EMENTAS</b>	<b>PLANOS DE ENSINO</b>	<b>PPCs</b>
<b>PARANÁ (6)</b>	<b>9</b>	<b>4</b>	<b>4</b>
Cascavel	2	1	1
Curitiba	3	1	2
Francisco Beltrão	1	-	-
Londrina	1	1	-
Maringá	1	1	1
Umuarama	1	-	-
<b>RIO GRANDE DO SUL (8)</b>	<b>12</b>	<b>9</b>	<b>9</b>
Cruz Alta	1	-	-
Erechim	-	-	1
Lajeado	1	-	-
Pelotas	1	1	1
Porto Alegre	4	3	3
Santa Cruz do Sul	1	1	-
Santa Maria	2	2	2
Santiago	1	1	1
Santo Ângelo	1	1	1
<b>SANTA CATARINA (12)</b>	<b>13</b>	<b>4</b>	<b>3</b>
Balneário Camboriú	1	-	-
Blumenau	1	1	-
Brusque	1	-	-
Chapecó	1	-	1
Curitibanos	1	-	-
Florianópolis	1	1	-
Indaial	1	1	-
Joinville	2	-	-
Laguna	1	-	1
São Miguel d'Oeste	1	-	-
Videira	1	-	-
Xanxerê	1	1	1
<b>TOTAL SUL</b>	<b>34</b>	<b>17</b>	<b>16</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>85</b>	<b>43</b>	<b>55</b>

Fonte: Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura (2103). Disponível em: <[http://www.abea-arq.org.br/?page\\_id=11](http://www.abea-arq.org.br/?page_id=11)>. Acesso em: 10 maio 2013.

### 3 RESULTADOS

A síntese conceitual e metodológica desenvolvida na primeira parte desta investigação orientou as análises que se desenvolveram nas demais fases do trabalho concluídas em 2016. Ao se avaliarem as 55 propostas pedagógicas (PPCs), as 85 ementas e os 43 planos de ensino disponíveis do universo dos 293 cursos listados inicialmente, os quais espelham parcialmente a conjuntura da formação (das diretrizes curriculares) e da prática (da regulamentação profissional) dos arquitetos e urbanistas brasileiros na conservação, percebeu-se que os conteúdos programáticos

desse material se articulam razoavelmente com a trama de princípios e de procedimentos da conservação citada anteriormente. Os pressupostos e os aspectos metodológicos sintetizados nos comentados trabalhos de Warren (1996) e Brereton (1991), respectivamente, referências analíticas padrão desta pesquisa, são considerados parcialmente nos cursos avaliados.

Observou-se que os parâmetros básicos são dominados, direta e indiretamente, pelas Cartas Patrimoniais<sup>10</sup> e pelo pensamento de Cesare Brandi,<sup>11</sup> que enfoca predominantemente os aspectos morfológicos e compositivos da conservação de bens culturais (sobretudo, obras de arte) por meio do conceito de “restauro crítico”, que se assenta numa visão objetiva e analítica da conservação, a qual é amplamente aceita na Teoria da Conservação. Perceberam-se, ainda, poucas indicações de títulos estrangeiros nas bibliografias básicas e complementares, que podem ser relativamente compreendidas pelas ausências dessas referências nas bibliotecas das instituições avaliadas, apesar da carência de publicações fundamentais da literatura especializada da conservação em Língua Portuguesa. Essa limitação de abordagens e de fontes de informações não reflete a diversidade do estado da arte da conservação, a qual foi apresentada na parte inicial deste trabalho.

Apreendeu-se, ainda, que determinados grupos de disciplinas se concentram demasiadamente em definições abrangentes e superficiais de patrimônio cultural, das categorias de bens culturais, dos instrumentos de proteção (nomeadamente, do tombamento), de aspectos conceituais das intervenções de conservação (restritos aos temas de autenticidade e integridade), das abordagens vagas de tecnologias de conservação, de projetos pontuais (desconectados das respectivas conjunturas), e assim por diante. Dessa forma, evidencia-se o comprometimento do caráter holístico da conservação. Essa contradição faz com que as propostas pedagógicas avaliadas se distanciem da interdisciplinaridade de ideais e de ações estimuladas pelo conceito de *Capacity Building*, o qual é amplamente adotado atualmente no Comitê do Patrimônio Cultural Mundial da UNESCO, no ICCROM e no CIF. A ênfase nas

---

<sup>10</sup> As Cartas Patrimoniais são documentos de conservação doutrinas de abrangência internacional redigidos em encontros promovidos por órgãos não governamentais (ICOMOS) e intergovernamentais (UNESCO) que se dedicam às questões da conservação do patrimônio cultural (CURY, 2000).

<sup>11</sup> Especialmente abordado na obra *Teoria da restauração* (referência completa na bibliografia).

ações integradas, sustentáveis e devidamente contextualizadas precisa ser revista pelos docentes em questão, especialmente as demandas sociais atuais dos usuários das edificações e áreas urbanas protegidas.

Percebeu-se, da mesma forma, que poucos docentes priorizam atividades didáticas correlacionadas com o projeto de conservação, que envolve especialmente ações voltadas para a preservação da autenticidade e da integridade das edificações ou propostas de reutilização, as quais se complementam com estratégias de manutenção e prevenção, o que alguns estudiosos compreendem como conservação preventiva. O projeto de conservação, conforme entendido na literatura de conservação, pressupõe pesquisas históricas, arqueológicas e análises detalhadas e consistentes das condições arquitetônicas e de integridade atuais das edificações, que são devidamente justificadas e contextualizadas pelos princípios da Teoria da Conservação. A compreensão do projeto de conservação dessa forma crítica estabelece uma ponte entre os domínios da filosofia da conservação, dos contextos físico, social e econômico das edificações de acordo com Warren, e o conceito da práxis da conservação. O enfoque no projeto cobre os diversos aspectos teóricos e metodológicos da conservação e correlaciona a disciplina de conservação com os demais campos do saber da matriz curricular dos cursos de graduação, conforme desejado pelas DCNs e pelos PPCs dos cursos, capacitando e habilitando o arquiteto nos parâmetros do exercício profissional definidos pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e desejados pelos órgãos de tutela do patrimônio cultural.

Por outro lado, é com grande satisfação que o meio acadêmico e técnico observa o reconhecimento da relevância do campo do saber da conservação nestes 28 anos de existência da disciplina “Técnicas Retrospectivas” e de outras com denominações mais identificadas com a literatura especializada da conservação, como é o caso da nova denominação proposta pela ABEA: “Teoria, Projeto e Técnicas de Restauro e Conservação do Patrimônio Cultural Edificado”. Os conteúdos didáticos observados correspondem suficientemente às exceptivas levantadas por Meira (2000), uma das pioneiras desse debate no âmbito dos encontros da ABEA, ou seja, abrir nas matrizes curriculares dos cursos de graduação espaços para além dos temas relacionados a novas construções. Importante também promover uma aproximação

maior entre as propostas pedagógicas de conservação dos cursos de graduação e de pós-graduação.

O produto deste trabalho, do panorama do ensino de conservação, propõe a realização de um evento nacional para se discutirem estas conclusões apresentadas nos moldes feitos pela ABEA em 2009, na Universidade de São Paulo (ABEA, 2009). Pretende-se com essa iniciativa contribuir para o aprimoramento do campo do saber da conservação, neste caso específico, do ensino de conservação e da formação dos arquitetos e urbanistas, conforme indicado anteriormente. A concretização desses objetivos fornecerá subsídios para a consolidação da rede de universidades do CIF-ICOMOS proposta na XVI Assembleia Geral do ICOMOS de 2008, em Quebec, e que se encontra em construção, numa fase bastante embrionária. Esta pesquisa se complementará por outras duas no âmbito dos cursos de pós-graduação do país, nas especializações (*lato sensu*) e nas de produções de conhecimento (*stricto sensu*, incluindo os mestrados profissionais).

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE ARQUITETURA – ABEA. Caderno 15. **Anais do XII Encontro Nacional sobre o Ensino de Arquitetura e Urbanismo**. Belém, out./nov. Salvador: ABEA, 1995.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE ARQUITETURA – ABEA. Caderno 33. **Anais do XXVII Encontro Nacional sobre o Ensino de Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo, maio. São Paulo: ABEA, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE ARQUITETURA – ABEA. Caderno 42. **Anais do XXXVII Encontro Nacional sobre o Ensino de Arquitetura e Urbanismo**. Rio de Janeiro, nov. Rio de Janeiro: ABEA, 2019. Disponível em: <[https://drive.google.com/file/d/1p195uv45jc1c4qV8CxuFzLlFXStwr\\_eN/edit](https://drive.google.com/file/d/1p195uv45jc1c4qV8CxuFzLlFXStwr_eN/edit)>. Acesso em: 13 dez. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE ARQUITETURA – ABEA. **Cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil**. Disponível em: <[http://www.abea.org.br/?page\\_id=11](http://www.abea.org.br/?page_id=11)>. Acesso em: 22 maio 2013; 1 jun. 2017.

BELL, Dorothy. **The Historic Scotland Guide to International Conservation Charters**. Edinburgh: Historic Scotland, 1997.

BENEVOLO, Leonardo. **A cidade e o arquiteto**. São Paulo: Perspectiva, 1984.

BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2004.

BRERETON, Christopher. **The repair of historic buildings: advice on principles and methods**. London: English Heritage, 1991.

CESCHI, Carlo. **Teoria e Storia del Restauro**. Roma: Mario Bulzoni Editore, 1970.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

CURY, Isabelle. **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

ERDER, Cevat. **Our architectural heritage**: from consciousness to conservation. Paris: UNESCO Press, 1986.

FEILDEN, Bernard. **Conservation of Historic Buildings**. 4. ed. Oxford: Butterworth Architecture, 1996.

GAZZOLA, Piero. Training architect-restorers. *In*: UNESCO. **Preserving and restoring monuments and historic buildings**. Paris: UNESCO, 1972, p. 253-260.

ICOMOS. Le Patrimoine, moteur de développement/Heritage, a driver of development. **Proceedings of the 17th ICOMOS General Assembly**. Paris: ICOMOS, 2011.

JOKILEHTO, Jukka. **A History of Architectural Conservation**. Oxford: Butterworth Heinemann, 1999.

JOKILEHTO, Jukka. The International Training Committee of ICOMOS. *In*: AHONIEMI, Anu (org.). **Conservation Training: needs and ethics**. Helsinki: ICOMOS Finnish National Committee, 1995, p. 13-14.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta (org.). **As missões da Unesco no Brasil**: Michel Parent. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

LICHFIELD, Nathaniel. **Economics in Urban Conservation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

LINSTRUM, Derek. The education of a conservation architect: past, present, and future. *In*: MARKS, Stephen (org.). **Concerning Buildings**: Studies in Honour of Sir Bernard Feilden. Oxford: Architectural Press, 1996, p. 96-118.

MEIRA, Maria Elisa. Técnicas Retrospectivas: manutenção e reabilitação da paisagem construída. *In*: OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de; PINTO, V. P. (orgs.). **A educação do arquiteto e urbanista**: diretrizes, contexto e perspectivas. Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, 2000, p. 39-44.

MENON, A. G. Krishna. Rethinking the Venice Charter: The Indian Experience. **South Asian Studies**, a. 10, n. 1, p. 37-44, 1994. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/02666030.1994.9628475>>. Acesso em: 18 out. 2018.

RYPKEMA, Donovan D. **The economics of historic preservation**: A community leader's guide. 3. reed. Washington: Placeconomics, 1994.

SCHLEE, Andrey Rosenthal (org.). **Trajetória e estado da arte da formação em Engenharia, Arquitetura e Agronomia**. Volume X: Arquitetura e Urbanismo. Brasília: Instituto Nacional de Estudos & Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, 2010.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO – SEPLAN. Patrimônio histórico. **Revista Planejamento & Desenvolvimento**, suplemento espacial. S.l., S.e., S.d.

SPHAN/Pró-Memória. **Restauração e revitalização de núcleos históricos**: análise face à experiência francesa. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1980.

WARREN, John. Principles, and Problems: Ethics and Aesthetics. *In*: MARKS, Stephen (ed.). **Concerning Buildings**: Studies in Honour of Sir Bernard Feilden. Oxford: Butterworth-Heinemann, 1996, p. 34-35.